

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DA CSP-CONLUTAS CENTRAL SINDICAL E POPULAR REALIZADA EM SÃO PAULO/SP NOS DIAS 03, 04 E 05 DE FEVEREIRO DE 2017

A reunião contou com 378 participantes credenciados, sendo 129 representantes com direito a voto e 249 observadores. Estavam representadas 121 entidades, entre sindicatos e federações, minorias de entidades e oposições, movimentos populares urbanos e do campo, juventude e movimentos de luta contra as opressões.

Relação das Entidades participantes da reunião:

ANDES-SN- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SINASEFE, FNTIG-FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS, FSDMMG-FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS METALÚRGICOS DE MINAS GERAIS, SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FORTALEZA/CE, SINDCONFE-SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO FEMININA DE FORTALEZA/CE, SINTRO-SINDICATO DOS TRABALHADORES RODOVIÁRIOS DE FORTALEZA/CE, FNTIG-FEDERAÇÃO NACIONAL DOS GRÁFICOS, SINTRAJUFE-SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MPU NO MARANHÃO, SINDSALEM- SINDICATO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE DIVINÓPOLIS E REGIÃO, SINDICATO METABASE DE CONGONHAS/MG, SITRAEMG-SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SIMPERE-SINDICATO MUNICIPAL DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO DA REDE OFICIAL DO RECIFE/PE, SINDITEST-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ, SINDEESS-SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE BH E REGIÃO/MG, SINDREDE-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE BH/MG, STIG-SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE MG, STIM ITAUNA, STIM ITAJUBA, SINDICARNE/MG, SINDSERM-SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TERESINA, SINDIPETRO/AL E SE, SINDICAGESE, SINDSEF-SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINTRAJUD-SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DOS TRABALHADORES NOS CORREIOS DO VALE DO PARAÍBA-SINTECT-VP/SP, SINTECT SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, STIA-SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SINTUFABC, SINDICATO DOS TRABALHADORES DA USP-SINTUSP, MML-MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, MOVIMENTO NACIONAL QUILOMBO RAÇA E CLASSE, MOVIMENTO LUTA POPULAR, ANEL-ASSEMBLEIA NACIONAL DOS ESTUDANTES-LIVRE, SINDCONIR-SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE NOVA IGUAÇÚ E REGIÃO/RJ, SINDICATO DOS COMERCIARIOS SANTA CRUZ DO SUL/RS, SINDICAIXA-SINDICATO DOS SERVIDORES DO QUADRO ESPECIAL DA SARH/RS, SINDPPD/RS-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS DO RS, SIMSABASUL-SINDICATO DOS MUNICIPIÁRIOS DE SANTA BÁRBARA DO SUL, ADMAP-ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS METALÚRGICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO VALE DO PARAÍBA E REGIÃO/SP, SEEB-RN-SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO RN, SINDSAÚDE/RN, SINTSEF/RN, SEEB-BAURU, SINTUFSCAR, OPOSIÇÃO BANCÁRIA/PR, SINDUNIFESS/PA, OPOSIÇÃO APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, OPOSIÇÃO ALTERNATIVA APEOESP, OPOSIÇÃO ASSIBGE, OPOSIÇÃO CPERs, OPOSIÇÃO SINTECT/SP, OPOSIÇÃO MNOB – MOVIMENTO NACIONAL DE OPOSIÇÃO BANCÁRIA, OPOSIÇÃO MNOB/BA, OPOSIÇÃO MNOB/SP, OPOSIÇÃO BANCÁRIA/RJ, OPOSIÇÃO BANCÁRIA/RS, OPOSIÇÃO SINTUFF/RJ, OPOSIÇÃO SINTUPERJ, MINORIA DO SEPE/RJ, MINORIA SINDSCOPE-SINDICATO DOS SERVIDORES DO COLÉGIO PEDRO II/RJ, ADUF/RJ, MINORIA STAFPA, ADUNEB/BA, MINORIA SINDIPETRO/RJ, MINORIA SINTE/SC, MINORIA ALTERNATIVA METROVIÁRIA, MINORIA SINSPREV/SP, MINORIA SINPEEM/SP, SINDSPREV/RS, OPOSIÇÃO SINDSPREV/RJ, FASUBRA, FENAJUFE, FENASPS, SINCOTRAP, ADUFF, ADUFS/BA, OPOSIÇÃO SINDUTE/MG, FERAESP, ADUNESP/SP, OPOSIÇÃO SINTECT/DF, OPOSIÇÃO SINTECT/RJ, OPOSIÇÃO SINTECT/PE, OPOSIÇÃO SINTECT/SC, OPOSIÇÃO SINTECT/CAMPINAS, OPOSIÇÃO RODOVIÁRIA/RS, OPOSIÇÃO SIMPA/RS E OPOSIÇÃO MUDA SINTEPS/SP,

1. Conjuntura e atividades

O debate deste tema foi feito a partir de uma mesa composta pelos convidados Jose Maria de Almeida, Plínio de Arruda Sampaio Junior e Valério Arcary. Foi uma discussão muito rica que abordou os ataques que estão sendo desferidos contra os trabalhadores com reformas e medidas de ajuste em especial as reformas da previdência e trabalhista, bem como as lutas e perspectivas dos trabalhadores contra esses ataques. Fruto desse debate e das discussões ao longo da reunião, no domingo, foi aprovado o seguinte texto de resolução:

Avançar na Unidade da Classe trabalhadora.

GREVE GERAL, JÁ! NÃO AS CONTRARREFORMAS DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA!

A Conjuntura Internacional

No ano que comemoramos 100 anos da Revolução Russa, 100 anos da primeira greve geral do Brasil e lembramos os 50 anos do assassinato de Che Guevara, vivemos também o agravamento da crise estrutural do capitalismo. Crise que se expressa nas elevadas taxas de desemprego e precarização da vida em várias partes do mundo, com efeitos ainda mais desastrosos nos países de capitalismo tardio da América Latina, África e Ásia.

Entre as situações mais dramáticas, destacamos a questão da migração forçada como uma das faces mais cruéis. Segundo a ONU, são cerca de 364 milhões de pessoas, homens, mulheres, crianças, em sua maioria africanos e árabes, fugindo das ditaduras, das guerras, das epidemias, da fome e da miséria, que seguem principalmente para a Europa. Essa travessia, em condições desumanas pelo Mediterrâneo, ocorre em busca de paz, e as oportunidades não encontradas nos seus países de origem. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) informou em outubro deste ano a morte de 3.930 refugiados durante essa travessia.

Desde 2007/2008, a crise internacional se intensificou e ampliou a busca pela recuperação das taxas de lucro em favor da burguesia imperialista, e os ataques através de severos planos de ajustes em cada país. Os efeitos da crise do capitalismo têm imposto duros ataques aos trabalhadores/as de todo o mundo. Por outro lado, a classe trabalhadora vem protagonizando fortes mobilizações e greves contra essa ofensiva, demarcando um cenário de forte polarização.

É nesse contexto que Donald Trump passa ao comando dos Estados Unidos. Eleito por menos da metade dos norte-americanos (cerca de 25% dos votos do total de aptos a votar) assume a tarefa de aprofundar a exploração e opressão imperialista mundial, com um programa nacionalista e liberal e um discurso racista, lgbtfóbico machista e xenófobo. Suas primeiras medidas provocaram uma fortíssima reação dos trabalhadores, das mulheres dos negros, dos imigrantes e de uma parte da população norte-americana, que saíram às ruas aos milhões e estão convulsionando o centro do imperialismo. Somos solidários aos trabalhadores norte-americanos e aos setores oprimidos para derrotar Trump nas ruas e nas lutas, de forma independente.

Vemos que, diante da situação mundial, o imperialismo necessita de governos que implementem rápido e certamente os planos de ajustes fiscais, que avancem na abertura das economias, na desnacionalização, nas privatizações, nos ataques sobre os serviços públicos e conquistas da classe trabalhadora, no pagamento das dívidas e, como é de sua natureza, buscar recrudescer o conservadorismo moral, intelectual e ideologicamente a partir de seus interesses.

Vale destacar que a classe trabalhadora no mundo não vive passiva ao acirramento da crise capitalista, em diferentes países, com greves, manifestações e mobilização vem questionando a prioridade dos governos em pagar as dívidas públicas e manter as taxas de juros favoráveis ao desenvolvimento capitalista, como vem expressando as diversas manifestações das mulheres contra a posse de Donald Trump.

Conjuntura Nacional

Do ponto de vista nacional, a crise econômica se aprofunda sem perspectivas de recuperação a curto prazo. O PIB registrou queda de 8% em pouco mais de dois anos, há uma queda brutal dos investimentos, e a projeção é de estagnação da economia nos próximos dois anos. O efeito mais brutal e imediato dessas estatísticas é o desemprego. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), de cada 3 desempregados no mundo 1 é brasileiro. Em 2016, o país atingiu a taxa de 12%, o que significa que cerca de 22 milhões de pessoas sem emprego (foram demitidas, procuraram trabalho e não encontraram ou já nem procuram mais), a maioria composta por jovens, mulheres e negros.

A dívida pública chegou a casa dos 4 trilhões e impacta severamente o país, na medida em que a política de Temer (PMDB), assim como era a de DILMA (PT), é assegurar o superávit primário para assegurar o pagamento dos juros da dívida. A crise também afeta diversos municípios e Estados como Rio de Janeiro, Minas, Natal e Rio Grande do Sul, provocando uma situação de calamidade para os trabalhadores, tanto para os que dependem dos serviços públicos quanto para servidores, que estão com salários atrasados, parcelados e até sem o décimo-terceiro. Considerando o desemprego, a inflação em alta e a carestia, principalmente dos alimentos e tarifas públicas, há um verdadeiro ataque às condições de vida da classe trabalhadora.

Ela se agrava com a guerra aos pobres implementada pelo Estado, como parte da polarização social. A crise dos presídios demonstrou a falência da política de encarceramento como controle social. Os níveis de barbárie estiveram expressos nas cabeças à mostra dos degolados em diversos estados do país – a maioria negra. Esta política está expressa também no genocídio da juventude pobre, a violência policial, a criminalização dos lutadores, os despejos entre outros. Crescem os casos de violência contra as mulheres, especialmente as mulheres negras, e o Brasil é o campeão em assassinatos de LGBTs. Em tempos de crise, a opressão se acirra para favorecer a superexploração e as medidas conservadoras surgem como uma resposta às lutas dos setores que se levantam contra sua condição de opressão e exploração.

A crise econômica tem acentuado a crise do sistema político que se expressa na operação Lava Jato, produto da investigação dos processos de corrupção na Petrobrás e outras empresas estatais, envolvendo grandes empresas, sobretudo empreiteiras, e a grande maioria dos partidos políticos. A conjunção da crise econômica e da operação Lava Jato aprofundou a crise política. Agora, a homologação da delação da Odebrecht, ainda que em sigilo, avança para setores do PSDB e deve haver novos acontecimentos com a delação de Eike Batista.

O impeachment do governo Dilma e a posse de Temer - ainda que tais governos guardem diferenças entre si - não modificou a orientação política geral dos ataques aos trabalhadores, acentuando-os e aprofundando-os, a serviço de manter o pagamento da dívida, o superávit primário e jogar nas costas da classe a saída da crise. Há neste momento a aceleração das contrarreformas trabalhistas, previdenciárias e reformas políticas antidemocráticas que apontam na direção do radical desmonte dos direitos trabalhistas consagrados na CLT, dos direitos sociais da constituição de 1988.

Diante desses ataques, a classe trabalhadora vem construindo a resistência e segue avançando. As participações do movimento de mulheres se intensificam e têm sido responsáveis por grandes atos que foram fundamentais para garantir o afastamento de Cunha do poder legislativo. Da mesma forma, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Luta Popular (filiação a CSP-CONLUTAS) e demais movimentos também tem conseguido realizar ações organizadas que mantêm a pauta da luta nas ruas, intensificando a resistência. O aumento do número de greves nos últimos anos, desde 2012, tem demonstrado, também, o crescimento da organização da classe. Organizamos importante marcha reunindo mais de 10 mil trabalhadores e estudantes, em Brasília contra a aprovação do PLP 257 (atual PLC 54) e contra a PEC 241 (atual PEC 55), em setembro de 2016, com a realização de uma reunião ampliada do FONASEFE (Fórum das Entidades do Serviço Público Federal) com mais de mil participantes, impulsionando a preparação de várias paralisações ao longo dos meses de setembro, outubro e novembro. Realizamos a maior manifestação dos últimos anos em Brasília, o #OCUPABRASÍLIA, em 29 de novembro de 2016, junto com trabalhadores de diferentes setores e estudantes, levando mais de 40 mil para a Esplanada do Ministérios, #OCUPATUDOBASIL, com ato em vários estados em dezembro de 2016. Dias de luta como 11 e 25 de novembro, que levaram várias categorias a paralisação, como metalúrgicos, rodoviários e trabalhadores do serviço público, além das várias ações e manifestações do povo negro. Apesar da severa crise que vive o país, a classe não está derrotada e tem dado demonstrações de luta.

Não podemos perder de vista que há, no Congresso, diversos projetos de lei que atacam direitos dos trabalhadores, principalmente na direção de ampliação da terceirização. Especial destaque merece o projeto de lei (PLC 30/2015, anteriormente PL 4.330/04) que já foi aprovado em primeira votação na Câmara dos Deputados, que, com o pretexto de regulamentar as terceirizações, autoriza sua implantação para as atividades fim, atingindo centralmente os serviços públicos. Caso seja aprovado, significará a generalização de uma forma de contrato de trabalho flexível que deixa de lado a CLT, tal como o empresariado tem exigido desde a sua aprovação, renovada agora pela pressão dos agentes financeiros internacionais.

Na ofensiva concentrada de todos os poderes do Estado contra os trabalhadores, o STF comparece adotando uma série de decisões que apontam também na direção da retirada dos direitos. Também está na pauta do STF decidir

sobre as terceirizações das atividades fins, e caso adote uma posição favorável consolidará, por meio de manobra jurídica, a radical contrarreforma trabalhista que o legislativo não teve condições de aprovar. Essa ameaça é um ataque frontal à garantia da oferta de serviços públicos para a população brasileira, pois vai incidir diretamente na carreira de todos os servidores, permitindo que o RJU (Regime Jurídico Único) seja deixado de lado em nome da contratação de trabalhadoras e de trabalhadores por meio de Organizações Sociais a partir de contratos ainda precários de trabalho.

A EC 95/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241/2016 e no Senado como PEC 55/2016), apresentada com o nome de Novo Regime Fiscal, somada a Lei Complementar 156/2016 (que tramitou na Câmara como PLP 257 e no senado como PLC 54), é a expressão maior da destruição dos direitos sociais consagrados por meio das lutas dos trabalhadores na Constituição de 1988. Com essa EC, o governo fixa um teto para as despesas primárias para os próximos vinte anos, que na verdade implicará em uma progressiva diminuição de investimentos em saúde e educação ao longo dos anos.

Terminamos 2016 com a apresentação da PEC 287/2016 que impõe uma contrarreforma da previdência que estabelece a idade da aposentadoria em 65 anos para homens e mulheres; a unificação dos regimes público e privado e a contribuição previdenciária aumentada, entre outros elementos destruidores de direitos sociais dos/as trabalhadores/as. O governo anunciou que pretende aprovar a reforma trabalhista no primeiro semestre de 2017. A derrubada dessas reformas deve ser nossa tarefa central.

Se for para equilibrar as contas, há alternativas possíveis ao ajuste fiscal promovido pelo governo, tais como: uma estrutura tributária progressiva, incidindo mais sobre os mais ricos; a criação do imposto sobre as grandes fortunas; o fim das isenções fiscais bilionárias aos grandes grupos econômicos, etc. Finalmente, é preciso realizar a auditoria cidadã da dívida pública (vetada pela presidente Dilma) e suspender o seu pagamento.

A CSP-CONLUTAS tem um papel importante na luta de resistência da classe, apontar a necessidade de construir a alternativa dos(as) trabalhadores(as) para superação da crise, neste sentido, e de suma importância aglutinar as forças políticas, entidades, movimentos, organizações que luta e acreditam no socialismo para construirmos um PROGRAMA DA CLASSE, que responda as reais necessidades dos(as) trabalhadores(as) e do povo pobre brasileiro, pois só um programa nascido no calor das lutas pode se transformar numa verdadeira alternativa dos(as) trabalhadores(as).

A unificação das lutas e a construção da GREVE GERAL, Já!

No último período, de forma acertada, nossa central sindical tem se esforçado para construir a greve geral a partir da articulação com as direções das centrais sindicais, construindo greves e mobilizações junto às bases das categorias. Infelizmente, não há acordo nas direções das centrais em convocar a greve geral, é necessária uma luta nas bases para que elas possam ser motor para impulsionar e pressionar as direções a romper com o corporativismo, com os patrões e os governos.

Nossos esforços para a construção da unidade de ação não têm sido capazes de juntar amplos segmentos da classe trabalhadora, em torno da pauta contra a retirada de direitos. Por isso consideramos que um dos nossos desafios para o próximo período é seguir intensificando a exigência às centrais, mas avançar para outros segmentos, não limitando a construção da unidade de ação a articulação com as direções das centrais sindicais, mas também buscar formas de inserção nas bases das diferentes categorias para apontar as contradições e potencializar as insatisfações com a política econômica e social. Isso exige de nós, construir unidade de ação com outros setores organizados da classe trabalhadora, que hoje não estão expressos nas centrais sindicais, ampliando nosso arco de alianças táticas para barrar a retirada de direitos.

Nossas ações, em ampla articulação com sindicatos, movimentos sociais e populares, e movimento estudantil, devem buscar a construção de pautas comuns nas ruas, na unidade para barrar as contrarreformas em curso e ao mesmo tempo reafirmar nossa posição contra a política de conciliação de classe. “Nossa central seguirá ao lado da classe trabalhadora e se diferenciando dos setores da direita clássica, de parte da superestrutura do movimento que defende o governo Temer e também dos setores que defendem o governo de frente-popular, agora, a serviço de “Lula 2018” (ou outra candidatura de frente popular)” (resolução aprovada na última reunião da coordenação nacional).

Nesse sentido, colocar as bases em movimento, com a elaboração de um calendário amplo de mobilizações, que signifique um passo a frente na construção da GREVE GERAL, já! , significa dialogar com as diferentes iniciativas

de paralisações e atos, como as datas indicadas pelas centrais sindicais, as datas indicadas pelo FONASEFE, as datas indicadas pelas entidades nacionais da educação, incorporar as datas dos setores oprimidos e outras que estiverem com a pauta explícita contra os ataques do governo Temer. Devemos nos apoiar em todos os atos de mobilização, greves e manifestações para impulsionar um movimento pela construção da greve geral, como um importante passo para a **construção de um dia em comum** com pauta unificada que seja capaz de aglutinar todas as centrais, movimentos sociais e organizações contra as reformas.

Temos o desafio de fortalecer a mais ampla unidade da classe trabalhadora contra: a Emenda Constitucional 95/2016 que congela os investimentos públicos nas áreas sociais por 20 anos; a Lei Complementar 156/2016 e seus efeitos sobre estados e municípios que representam um desmonte do serviço público já em curso; a contrarreforma da previdência (PEC 287/2016); e a contrarreforma trabalhista (PL 6787/2016).

Fortalecer as organizações unitárias com as entidades constituídas historicamente pela classe trabalhadora brasileira (centrais, confederações, federações e sindicatos) e no âmbito dos movimentos populares da cidade e do campo tendo como eixo a luta contra a retirada de direitos e capaz de pautar conjuntamente uma agenda de lutas e de mobilizações nacionais nos fóruns mais amplos de construção da luta, em particular para a construção da greve geral.

Como já afirmado na resolução de nossa última reunião da coordenação da CSP-Conlutas “Devemos, nessa conjuntura, realizar ações unitárias, até por um único ponto comum (ainda que econômico), o importante é que partamos de nossa compreensão das necessidades imediatas de nossa classe e, no limite dos acordos construídos, o decisivo é garantir a autonomia de nossa atuação política e a expressão de nossas bandeiras e pautas”.

Construir a campanha contra as reformas da previdência e trabalhista e a greve geral desde a base

É necessário fazer uma forte campanha nas nossas bases contra as reformas. Esse trabalho pode ser feito apoiando-se nos materiais da central. O vídeo (ilustração) contra a reforma da previdência pode ser reproduzido nos locais de trabalho, nas diretorias dos sindicatos, em reuniões dos movimentos, nas escolas etc. Também podemos promover debates, chamar reuniões nos locais de trabalho, pautar nas atividades das categorias em greve entre outros. A cartilha é um instrumento para fazer um contraponto aos argumentos do governo. Ao final desses debates, vamos aprovar em cada local uma moção contra as reformas, pela necessidade da greve geral e um chamado às centrais para que a convoquem.

É preciso organizar essa luta em cada regional, para isso, vamos construir “Comitês de luta contra as reformas da previdência e trabalhista”, de maneira ampla, os sindicatos e as centrais em cada estado e região para construir esses espaços e ir dando corpo, desde baixo, a um movimento contra as reformas. Devemos propor a todos os sindicatos das demais centrais que votem também, em suas bases, a rejeição às reformas e o chamado a que as centrais convoquem a greve geral.

Devemos partir dos processos reais de luta que estão ocorrendo e propor a eles que também sejam parte das lutas contras as reformas, levando essas propostas nas assembleias, apoiando-se nos que estão em movimento para ampliar as nossas forças. O dia 08 de março será um importante dia de luta contra os ataques às mulheres trabalhadoras, contra a reforma da previdência e a violência às mulheres. O dia 15, data em que está prevista a greve nacional por tempo indeterminado na educação, e também votado por outras categorias, deve ser construído e apoiado pela central como um ponto de apoio para avançar na luta pela greve geral de forma unitária, mas é preciso seguir na luta por uma data unificada.

Cumprindo o seu papel de unificar os trabalhadores organizados em sindicatos e movimentos populares, estudantil e de luta contra a opressão, precisamos construir esses espaços também em parceria com tais movimentos, incorporando suas demandas e lutando de maneira conjunta.

Eixos políticos de nossa intervenção para o momento:

Greve Geral, Já! Construir a unidade da classe contra as reformas da Previdência e Trabalhista! Por emprego e salário, contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos!

A esse eixo, as entidades, a partir de suas deliberações de base, podem agregar as demais bandeiras:

Que os ricos paguem pela crise!

Contra as demissões e o desemprego. Redução da jornada para 36h, sem redução de salário. Extensão do seguro desemprego para um ano para todos sem nenhum tipo de carência;

Contra a carestia. Controle e congelamento dos preços da cesta básica e tarifas públicas;

Não ao pagamento da dívida externa. Pela auditoria da Dívida Pública e suspensão imediata do pagamento da dívida;

Prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores! Nenhuma confiança na justiça do Estado burguês, em defesa das liberdades democráticas;

Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;

Plano geral de obras públicas para construção de moradia popular, hospitais, creches e escolas;

Fim dos Despejos. Redução e Congelamento dos preços dos aluguéis;

Salário igual para trabalho igual. Chega de assédio aos setores oprimidos;

Basta de genocídio à população negra. Desmilitarização da PM;

Unir os trabalhadores contra a violência à mulher, o feminicídio e os estupros;

Pela criminalização da LGBTfobia;

Contra a reforma política antidemocrática. Liberdade de organização;

Não a entrega do pré sal. Petrobras 100% estatal;

Fora Temer, Fora todos os corruptos e reacionários do congresso.

Calendário de mobilização:

08 e 09 de Fevereiro – participar da reunião do FONASEFE e da plenária ampliada para pautar a construção da greve geral e um calendário de lutas contra as reformas da previdência e trabalhista

07 e 08 de Fevereiro – participar do seminário sobre Reforma da Previdência organizado pelo DIEESE

09 de Fevereiro- Ato nacional, no Rio de Janeiro, em defesa dos serviços públicos, contra o pacote de maldade do governo Pezão (PMDB), que será o modelo das elites a ser implementado nos demais estados.

14 de Fevereiro- participar da reunião da Auditoria Cidadã da Dívida para debater o Plebiscito sobre Auditoria da Dívida, como instrumento pedagógico para mobilizar as categorias e ampliar nossa ação junto a população.

22 de Fevereiro – realizar ação conjunta com as centrais sindicais em Brasília contra a Reforma da Previdência. Iniciativas de pressão e mobilização junto aos deputados, com mobilização e “recepção” dos deputados no aeroporto, em Brasília; iniciativas nesse sentido podem ser feitas nos estados também.

08 de Março – Dia Internacional de luta da mulher trabalhadora e dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência (já aprovado no FONASEFE)

15 de Março – dia nacional de lutas com greves, mobilizações e protestos na perspectiva de construção da greve geral.

Segunda quinzena de Março – *Trabalhar e assumir a data unificada como ponto de apoio para a construção da greve geral somando-se às mobilizações de forma unificada.*

Organizar durante todo o ano e particularmente no Congresso da Central, **iniciativas em comemoração aos 100 anos da revolução russa.**

2. Prestação de Contas Exercício 2016

O Parecer do Conselho Fiscal foi apresentado pelas companheiras Mariane de Siqueira e Eliana Lacerda, integrantes do mesmo. Feitos os esclarecimentos necessários foi encaminhado para votação no domingo tendo sido aprovado na íntegra conforme abaixo:

1. Breve Histórico da Reunião

Durante os dias 30 e 31 de janeiro de 2017, na cidade de São Paulo, na sede nacional da Central, ocorreu a reunião do Conselho Fiscal com a finalidade de apreciar a prestação de contas referente ao Exercício de 2016. A reunião contou com as presenças dos (as) seguintes membros: Eliana Moreira de Lacerda, Mariane de Siqueira e Telmo de Oliveira.

O Conselho Fiscal recebeu da Comissão de Finanças da Secretaria Executiva Nacional (S.E.N.) da Central uma carta de 30 de janeiro de 2017 onde constam informações/documentos referentes à movimentação financeira desta prestação de contas, assim como a relação das principais atividades realizadas pela Central no período.

Em acréscimo a essa documentação, o Conselho Fiscal, também recebeu da Comissão de Finanças da SEN uma planilha detalhada e uma síntese da movimentação financeira e cópias das resoluções das reuniões da

Coordenação Nacional e da SEN ocorridas no respectivo período e que tratam das questões financeiras e atividades da Central.

2. Relato

Após leitura, manuseio e conferência da documentação recebida, verifica-se que, dentre as atividades articuladas, organizadas e/ou realizadas pela Central – no período de referência da prestação de contas – destacam-se: Manifestação das Olimpíadas; Marcha da Periferia; Ato Nacional do dia do Trabalhador em SP; Dia Internacional da Mulher; Dia do Orgulho LGBT; Dia da Visibilidade Trans; Dia da Consciência Negra; Caravana de apoio aos Guarani-Kaiowá; Encontro Nacional em Defesa da Educação; e vários dias nacionais de Luta contra os ajustes, contra as privatizações e Reformas da Previdência e Trabalhista. Além destas, existem diversas atividades que são realizadas cotidianamente tais como: acompanhamento de congressos, eleições sindicais, greves, atividades de representação da Central, atividades do movimento popular, legalização e outras.

A movimentação financeira da Central (em anexo) no período referente ao Exercício de 2016 está discriminada da seguinte forma:

- 1) Receita total (total de entradas) no valor de R\$ 4.521.132,60
- 2) Despesa total (total de saídas) no valor de R\$ 4.966.268,65

Desta movimentação referida resultou em 31/12/2016 um saldo negativo de R\$ 445.136,05, porém, em função do saldo remanescente do período anterior o resultado torna-se superavitário.

A movimentação financeira da Central no período referente a esta prestação de contas está discriminada da seguinte forma:

- 1) Saldo em conta corrente 01/01/2016 no valor de **R\$ 79.162,49**
- 2) Saldo em aplicações financeiras em 01/01/2016 o valor de **606.425,52**
- 3) Receita total (total de entradas) no valor de **R\$ 4.521.132,60**
- 4) Despesa total (total de saídas) no valor de **R\$ 4.966.268,65**
- 5) Empréstimos efetuados (saídas) no valor de **R\$ 121.000,00**
- 6) Recebimento de empréstimos (entradas) no valor de **R\$ 266.280,00**
- 7) Transferência entre c/c (entradas) no valor de **R\$ 370.268,74**
- 8) Retirada da aplicação de resgate automático no valor de **R\$ 149.575,18**.

Desta movimentação referida resultou em **31/12/2016** um saldo de **R\$ 445.136,05 negativo**.

Ressaltamos a aplicação em conta poupança e aplicação em resgate automático conforme extratos apresentados do Banco do Brasil, no valor de **R\$ 317.323,58**.

Assim sendo, destacamos que com o montante referente à receita do caixa nacional (**R\$ 1.610.969,14**), valor correspondente a 40% das contribuições efetuadas pelas entidades e movimentos filiados à Central, foram quitadas as seguintes despesas assim representadas:

- a) Despesas com pessoal, encargos e benefícios no valor de **R\$ 915.474,26 (56,83%)**
- b) Despesas financeiras com membros liberados pela SEN no valor de **R\$ 211.169,05 (13,11%)**
- c) Despesas correntes (aluguel, impostos, luz e telefone) **R\$ 190.438,34 (11,82%)**
- d) Despesas administrativas (atos e reuniões, passagens e hospedagens, gráfica, etc.) no valor de **R\$ 555.757,29 (34,50%)**
- e) Funcionamento do escritório de Brasília no valor de **R\$ 101.201,66 (6,28%)**.

Ressaltamos que as despesas fixas administrativas ordinárias e extraordinárias representam 122,54% da sua receita, o que comprometeu o equilíbrio financeiro da Central. Acarretando a utilização do fundo de reserva em aplicações financeiras para custear despesas cotidianas e políticas.

3. Parecer

Recomenda-se:

- a) Que a Coordenação Nacional referende os custos e a liberação dos dirigentes da atual S.E.N.

- b) Ratificamos a última recomendação com relação à necessidade das entidades filiadas que apresentem seus balancetes periódicos para atualização do cadastro geral da Central e das contribuições mensais. As entidades que não apresentarem a correção e o balancete de suas mensalidades será o índice do INPC do acumulado dos últimos 12 meses.
- c) Constatamos um número aproximado de 81 entidades filiadas em atraso de mais de dois meses com a contribuição. Recomendamos que a Coordenação Nacional delibere por uma comissão da SEN, agregando um membro do Conselho Fiscal (Mariane) para acompanhamento das entidades e movimentos que compõem a Central e que se encontram inadimplentes;
- d) Constatamos que houve várias viagens internacionais com representação da central, sem o respectivo registro em atas da SEN com as autorizações e seus custos. O Conselho recomenda que tais viagens, por terem antecedência nos convites, sejam aprovadas e/ou referendadas nas reuniões da Coordenação Nacional.

Diante do exposto, o Conselho Fiscal é de parecer favorável à aprovação da prestação de contas da CSP-Conlutas Central Sindical e Popular relativa ao Exercício de 2016, salvo melhor juízo da Coordenação Nacional.

São Paulo, 31 de janeiro de 2017.

ELIANA MOREIRA DE LACERDA

MARIANE DE SIQUEIRA

TELMO DE OLIVEIRA

3. Seminário Nacional Contra Reforma da Previdência

Conforme decisão da SEN a reunião da Coordenação Nacional cedeu espaço no seu segundo dia para a realização do Seminário Nacional Contra a Reforma da Previdência. Foram convidados juristas e estudiosos como palestrantes. Na primeira parte (manhã) os convidados foram Maria Lucia Fattorelli da Auditoria Cidadã da Dívida, Sara Granemann, docente da UFRJ e Vilson Antonio Romero, presidente do Conselho Executivo da ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) e Paulo Barela, Técnico em Estatística do IBGE, representando a Secretaria Executiva Nacional da CSP-CONLUTAS. Eles apresentaram um painel cujo tema foi: **“A seguridade social é um direito, a dívida pública é um saque! Diga não à reforma da previdência!”**. A segunda parte do Seminário (tarde) cujo tema foi **“Unidade de ação para barrar a Reforma da Previdência!”**, contou com as presenças de Cezar Britto, ex-presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Erika Andreassy, do MML (Movimento Mulheres em Luta), Jorge Luiz Souto Maior, Juiz e professor de Direito do Trabalho Brasileiro na USP (Universidade São Paulo), Roberto Parahyba de Arruda Pinto, presidente da ABRAT (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas) e José Aureliano Ribeiro de Vasconcelos, Diretor de Assuntos Internacionais da COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados). Além dos palestrantes, foi aberta, nesta parte do seminário, a palavra para diversas organizações convidadas. Esta discussão foi fundamental para municiar a militância da Central contra os ataques do governo Temer como a sua proposta de reforma da previdência. A CSP-Conlutas está na linha de frente dessa luta, buscando a mais ampla unidade de ação para barrar mais esse ataque do governo. Além da orientação política da campanha nacional foram produzidos cartazes, adesivos, cartilha, vídeo e virais para as redes sociais. Não houve resolução específica sobre o seminário, tendo em vista que o tema da luta contra a reforma da previdência é parte da resolução geral de conjuntura aprovada no domingo.

4. Relatórios dos Setoriais EDUCAÇÃO

Foram dados os informes dos Congressos da CNTE e do Andes. A intervenção da CSP-Conlutas na CNTE foi vitoriosa por termos conseguido polarizar com a principal força política do congresso (CUT), apesar do curso burocrático dado pela direção da Confederação e ter feito deste um palanque para Lula 2018, em vários estados ocorreu fraudes na tiragem de delegados e o congresso pouco discutiu a situação real da educação no país, o centro para a burocracia é que tudo se resolvera votando no PT em 2018.

O congresso do ANDES foi importante por ter votado um calendário de lutas e a incorporação do dia 15 de março na perspectiva da construção da Greve Geral.

Nos informes dos Estados e municípios, a situação de ataques, arrocho salarial e precarização do trabalho foi comum, sendo traduzido de forma mais contundente os Estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, pelo não pagamento, atrasos e parcelamentos de salários.

As intervenções refletiram que há um sentimento de luta na base das categorias pelo nível e acirramento de ataques aos direitos das(os) trabalhadoras(os) do setor, tanto pelo governo federal e pelos estados e municípios. Como na implantação dos ajustes fiscais, aos planos de cargos e carreiras e as questões pedagógicas (reforma do ensino médio, escola sem partido, projetos pedagógicos que visam implantar a meritocracia e a privatização da educação).

Informes:

1. Dia 09 de fevereiro Um Ato contra o pacote de maldades do Pezão, o SEPE e várias entidades estaduais organizam o ato de paralisação e resistência;
2. Dia 09 de fevereiro no Rio de Janeiro o ANDES promoverá dia nacional de mobilização e luta contra o desmonte e a privatização das Universidades Públicas Estaduais.
3. Dia 16 de fevereiro, reunião para organizar o III ENE.

Encaminhamentos:

Impulsionarmos e construirmos todas as condições para a greve nacional da educação básica, por tempo indeterminado, a partir do dia 15 de março, com os seguintes eixos: contra a reforma da previdência, pelo cumprimento do piso na carreira, contra o projeto “Escola Sem Partido”, contra a reforma do ensino médio.

1. Construir um informativo com os principais eixos da greve nacional e os ataques à educação pública;
2. Construir um comando nacional aberto da CSP-Conlutas, a partir base das entidades em Greve, para organizar e acompanhar esta luta em nível nacional;
3. Fazer um levantamento da situação dos aposentados por estados com relação a situação salarial (atrasos, parcelamentos e calendário de pagamento) para construir a campanha em Defesa da Paridade com integridade entre ativos e aposentados(as). Contra o parcelamento de salários;
4. Orientar a tática de ocupação de escolas na greve, e buscar se apoiar na luta do movimento estudantil;
5. A CSP-Conlutas começar a impulsionar a construção do III ENE;
6. Elaboração de um Dossiê sobre a situação da educação pública nos estados.

MULHERES

1- Informes

. Ludmila do RS informou que o sindicato dos metroviários está organizando o 8 de março com enfoque da luta contra a reforma da previdência.

. Carmem de Porto Alegre informou que estão organizando o 8 de março para que tenha também um caráter internacionalista, contra Trump, além do debate sobre a violência contra as mulheres, e uma marcha contra Trump e Temer.

. Em Nova Iguaçu também estão organizando uma marcha no dia 08 de março.

. Ana de SP informou que estão discutindo fazer o 8 de março ressaltando o assédio e a violência contra as mulheres.

. Firmina de BH informou que construíram uma carta aberta abordando a violência contra as mulheres. Estão pensando em fazer um adesivo com os dizeres NÃO É NÃO, mas ainda estão buscando os recursos para isso.

. Loane de Suzano informou que estão discutindo a organização de uma marcha.

.Carol de Rio Preto informou que o MML em Rio Preto não nasceu nos movimentos sindicais, e sim nos movimentos sociais e foi criada uma unidade de ação para organizar as lutas. Estão discutindo como combater a gordofobia.

. Silda de Duque de Caxias informou que existe um fórum das mulheres que estão preparando o 8 de março com enfoque na Reforma Previdenciária.

. Santana de Fortaleza informou que fazem reuniões quinzenais aos sábados e ainda estão discutindo o que farão no 8 de março.

. Samanta do RJ informou que estão discutindo a greve geral e a reforma da previdência e a próxima reunião será dia 09/02.

. Marcela de SP informou que vai ter reunião na quinta-feira às 18 horas para um ato unificado.

. Cláudia de São Luís informou que Andes fez um congresso de 6 dias, foi denunciado o assédio sofrido por alunas por professores, estão discutindo que é necessário discutir uma punição para essas atitudes. Querem elaborar uma cartilha e programar um seminário.

. Luciene informou que é muito importante conseguir um espaço para as mulheres nos jornais dos sindicatos.

2 – Intervenções sobre os temas:

- Nenhuma a menos
 - Nenhum direito a menos
 - Reforma também é violência
 - Mulheres contra Trump
- Foi proposto atos unificados com aspectos internacionais contra Trump.
- O 8 de março tem que ser um marco na luta contra a reforma da previdência.
- A luta contra a reforma da previdência tem um caráter classista.
- Que nos seminários estaduais contra a reforma da previdência se atente para constar os dados de impactos da reforma na vida das mulheres trabalhadoras.

É necessário construir um panfleto para as mulheres compreenderem o ataque imenso aos seus direitos na reforma previdenciária. Em Curitiba a luta das mulheres no 8 de março será um estopim contra as reformas da previdência.

3 – Encaminhamentos:

. Acrescentar mais um eixo na luta das mulheres, seria **A Luta internacionalista das mulheres contra Trump;**

. Foi tirada uma comissão para construir a resolução sobre uma melhor organização das creches nos eventos da Conlutas;

INTERNACIONAL

1. Atividade 8 de Março

Propor à Rede Sindical Internacional a realização de Atos e Ações no dia internacional da mulher em todo o mundo, que incluam a luta contra Trump. No Brasil sugerir ao setorial de mulheres da CSP-Conlutas, a quem caberá decidir sobre essa questão.

2. Acampamento Internacional da Juventude do Juntos

Em Abril, de 14 à 16, no rio de janeiro será realizado um acampamento de jovens, organizado pelo movimento Juntos. Terá um caráter internacionalista, com a presença de delegações de vários países. Foi sugerido haver uma oficina sobre a Rede Sindical Internacional.

Foi solicitado a presença e o apoio da CSP-Conlutas. O setorial recomenda à Central a aceitação do convite e a realização da oficina sobre a Rede, remetendo para a Executiva o debate sobre o apoio da Central.

3. Informes do Andes

Foi informado que haverá uma Marcha pela reversão da Reforma da Previdência, no Chile, no final de Março. A Marcha será realizada pelos trabalhadores do setor público.

Infelizmente o ANDES não poderá participar e solicita à CSP-Conlutas avaliar a possibilidade de enviar um representante.

Também foi deliberada pela entidade a construção de um Seminário Internacional, no mês de Novembro que envolverá um debate sobre educação.

4. Informe sobre o Terceiro Encontro Mundial da Rede Sindical Internacional

Será realizado, em Madri, de 26 à 28 de janeiro de 2018. São cinco os temas centrais: Opressão da Mulher; Imigrantes; Controle Operário/Autogestão; Racismo e Colonialismo; Ação Sindical contra a Austeridade.

Todas as entidades estão convidadas a contribuir sobre os temas e, posteriormente, a Central deverá definir a delegação para o Encontro.

Propor a Rede a inclusão de um novo tema relativo à opressão aos LGBT's.

5. Boletim da Rede Sindical Internacional

Foi publicado o primeiro Boletim da Rede. O ANDES informou que foram impressas 500 cópias que foram distribuídas em seu Congresso. O setorial propõe que todas as entidades discutam formas de disponibilizar esses boletins para suas bases.

Para o próximo número enviamos contribuição do ANDES sobre a Reforma da Previdência, no Brasil.

6. Livro “A limpeza étnica da Palestina”

Foi traduzido e publicado um livro de um importante historiador israelense, sobre a limpeza étnica na Palestina no momento da formação do estado de Israel.

A CSP-Conlutas consta como um dos apoiadores da publicação. O setorial sugere às entidades que discutam a possibilidade de realizar apresentações sobre o livro e eventual aquisição do mesmo.

SERVIÇO PÚBLICO

Presentes: Andes (Eblin Farage, Carcio Pirh – Sedufsma, Claudia March – Aduff, Gustavo Gomes – Aduff, Amauri Fragoso - SN), Oposição Assibge/SN (Paulo Barela), Fasubra (Luan Badia), Fenajufe (Elcimara Augusto, Saulo Arcangeli), Sinasefe (Paulo Reis – DN, Magda Furtado, Paulo Amorim-DN, Marcos Dorval, Luiz Sergio, Elizabeth Dau, David Lobão); Sindsalem – MA (Raimundo Salomão Fonseca, Jackseline Lago, Luiz Noletto; Oposição Sintuperj (João Antonio, Roseni Teixeira, Ana Laura Borges); Sindsef – SP (Renato Arthur Benuenutti, Ismael Souza); Sindjus-AL (Paulo Falcão), Sintrajud-SP (Angélica Olivieri, José Sanches, Orlando de Carvalho, Raquel Morel, Inês Costa e Cleber Borges de Aguiar), Sintraemg (Célio Izidoro Rosa); Sintrajufe-RS (Fagner), Sintsep-PA (Roberto Alves, Tatiana Borges), Oposição Sindiquinze (Rodrigo Fontelle), Sintrajufe-PE (Euler Pimentel, José Carlos), Sintufabc (Silas), Oposição Sintrajud - PA (Raiorenso do Carmo), Oposição Municipal (Caio Cristiano), Sintran-JP (Nelson), Sindisprev – RS (Daniel Emmanuel); Sintsef – RN (Milton, Gigi, Jailson, Barbosa, Roberto Alves e Valério Fonseca-assessor);

Pauta da reunião aprovada pelos presentes: Informes das entidades, a luta contra a reforma da previdência e a reunião ampliada do Fórum das Entidades Nacionais do Serviço Público Federal (Fonasef) dia 8 e 9 de fevereiro, as resoluções aprovadas são:

- Propor ao Fonasef que se faça um jornal específico ao funcionalismo público contra a reforma da previdência. Caso Fonasef não o faça, o Sinasefe e camaradas da Fenaspss assumirão esta tarefa junto às entidades da central;
- Articular campanha salarial com a luta contra a reforma da previdência;
- Realizar assembleias nas bases das entidades da CSP – Conlutas, para organizar a luta contra a reforma da previdência e preparar o dia 8 e 15 de março;
- Criar comitês amplos nos Estados e Municípios contra a reforma da previdência;
- Orientar as bases que somos radicalmente contra a reforma da previdência, que, portanto, não cabe realizar emendas ao texto da PEC 287;
- Orientar as seções da CSP-Conlutas que organizem plenária para incorporar os servidores de base municipal e estadual na base da central no calendário luta contra a reforma da previdência

Calendário:

8 e 9 de fevereiro: participar da reunião Ampliada do Fonasef;

8 a 15 de fevereiro: plenárias nas seções da CSP-Conlutas para organizar o calendário contra a reforma da previdência

08 de março: organizar mobilizações e lutas contra a opressão às mulheres, incorporando a luta contra a reforma da previdência rumo à greve geral;

15 de março: Dia nacional de lutas com realização de mobilizações, paralisações e greves contra a reforma da previdência rumo à greve geral;

LGBT'S

Diante da crise econômica que se intensifica com ajustes fiscais e reformas trabalhistas e da previdência, as LGBT's fazem parte do setor atingido de forma acirrada. Apesar disso, a classe, em seu conjunto dá respostas e se mobiliza frente aos pacotes de maldades que só retiram direitos dos trabalhadores. A questão LGBT's faz parte desses Ascenso, em diversos setores que se mobilizam.

- O primeiro encontro LGBT da CSP-Conlutas se mostrou como um espaço que fortaleceu os movimentos do setorial e intensificou o Ascenso de lutas, preparando os companheiros para construir o movimento LGBT.
- Existe a necessidade de aprofundar o entendimento sobre as diversas identidades de gênero, orientação sexual, bem como outras questões que atingem o público LGBT numa perspectiva classista. Daí, sente-se a necessidade de um material de apoio.

Resolve:

- A construção da cartilha LGBT da CSP-Conlutas, sendo apresentado um projeto na próxima reunião do setorial nacional, em abril/2017.
- O lançamento da cartilha LGBT ocorrerá ainda no 1º semestre de 2017.
- Encaminhar para a SEN a proposta de realização do 2º encontro LGBT da CSP-Conlutas e aprovar a data de 24 e 25 de junho de 2017 para a realização do mesmo.
- Durante a reunião do setorial, alguns dos participantes presentes se apresentaram como membros responsáveis das comissões de organização do encontro e da elaboração da cartilha.
- Incorporar a pauta LGBT junto à mobilização construída pela central que ocorrem em 8 de março, também tornando visíveis as demandas de mulheres lésbicas, bissexuais e às questões trans.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

Resoluções

1. Sobre a cartilha de SST da CSP-Conlutas ficou acordado que os responsáveis do setorial (Jordano, Weller, Zeca, Joaquim, Aline, Rodrigo Audari e Luciene) irão procurar o setor de comunicação da Central para encaminhamento da elaboração da mesma.
2. 28 de Fevereiro - dia Mundial de combate a Ler/Dort – a orientação é que todas as entidades e movimentos a partir das suas regionais confeccione materiais relacionando ao tema junto a Reforma da Previdência em seus locais de trabalho, tentando onde for possível realizar debates, assembleias.
3. 28 de Abril – Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho – Foi aprovada a seguinte comissão (Jordano, Weller, Zeca, Joaquim, Aline, Rodrigo Audari e Luciene), ficando aberta incorporação de outros companheiros e companheiras para elaboração das atividades desta data, caso não tenha coordenação até a data que seja encaminhada pelo setorial e a SEN
4. O Setorial orientará os companheiros de do sindicato da construção civil de Roraima sobre o tema de Saúde de Segurança do Trabalhador.
5. Construção de uma moção contra o sucateamento imposto pelo governo ao setor de reabilitação profissional da Previdência Social.
6. Que entra as bandeiras de luta da CSP-Conlutas conste a luta contra a MP767 (antiga MP739)
7. Que a política de saúde do trabalhador seja reafirmada como parte das ações estratégicas da central articulada às lutas contra a reforma da previdência.
8. Proposta de Moções e Nota:
 - Moção de Repúdio à direção Atacadão Supermercado pela demissão do cipeiro Alan Henrique França
 - Moção de Repúdio à direção da LGA mineração pela mutilação de trabalhador e pelo descaso da saúde e segurança do trabalho
 - Moção de Repúdio ao número de acidentes graves que vem ocorrendo na AMBEV, Jacareí/SP
 - Nota da CSP-Conlutas sobre acidentes graves e fatais na região dos Inconfidentes em Minas Gerais.

APOSENTADOS (AS)

Presentes: Gaspar José dos Anjos (Sintest/RN), João Roberto (ADMAP/S.J. dos Campos), Maria Helena Garcia Leal (Sintrajud/SP), Neusa Queiroz (Sinsprev/SP), Josefa Santana dos Santos (Sinsprev/SP), Gesa Linhares Correa (SEPE/RJ), Zelia Alcântara A. Antonio (ADMAP), Merenice Maria das Dores de Souza (ADMAP), Reginaldo José Felipe (Sintsef/RN), Bernardete Ap. Vieira Serafim (Sindsef/SP).

Propostas:

1. Que a SEN discuta com a COBAP a elaboração de uma cartilha sobre todos os impactos da reforma da previdência sobre os(as) aposentados(as) e pensionistas;
2. Fazer um chamado aos(as) aposentados(as) e pensionistas para participação nas atividade do dia 08/3 dia internacional da mulher;

3. Ter um destaque a parte no site da central quanto aos impactos da reforma da previdência sobre os(as) aposentados(as) e pensionistas.

CORREIOS

RESOLUÇÕES:

- a) Que todos os sindicatos e oposições encaminhem as resoluções da FENTECT.
- b) Confecção de material (Panfleto, Camisa, Adesivo...) para campanha contra a cobrança da mensalidade unificada.
- c) Unificar a luta dos Correios com outras categorias conforme resolução da plenária nacional da FENTECT para greve no dia 15/03.
- d) Mobilização da categoria para lutas (fechamento de Agencias, Cdd's, DDA, OAI, reestruturação, etc)
- e) Integrar a luta contra a reforma da previdência.
- f) Campanha em todos os sind. e centrais para unificação das Federações e Centrais para greve do dia 15/03
- g) Total apoio político e buscar opção financeira junto as entidades filiadas da central para as eleições de SC e São José do Rio Preto. Mandar o máximo de comp. possíveis.
- h) Que os sindicatos aprovelem em suas assembleias moções de solidariedade e apoio a reintegração ao companheiro Ederlon demitido político. Que a CSP participe da Construção do ato em MS.
- i) Que a Conlutas acompanhe diretamente o processo contra a tentativa de destituir o secretário geral do Sintcom-PR (China), fazendo esforço para defender o companheiro. Ampla denúncia para a base, com agitação e material. Toda solidariedade aos companheiros do Paraná!

NEGRAS E NEGROS

PRESENTES: Sintrajud/SP; Ocupação Urbana Vila Itália 2, Aposentados do Munic. Curitiba, *Const. Civil de Fortaleza, Sind. Met. SJC, Sind Comerc. NI, Opos. Alternativa da APEOSPE, QRC-RJ, MML, ANEL-Jaú, QRC-SP, Quilombo Brasil-Hip Hop, QRC-MG, ADUFS, SEPE*, Sindunifesp, Sindsef-SP, *Sindppd, Base Apeosp, Operário, gráficos de Minas gerais, Sindistest de MG, Industrial, Asedufmus.

Num país como o Brasil onde a maioria da população e da classe trabalhadora é conformada por jovens, homens e mulheres negras que já sofrem com as mais brutais desigualdades sociais, baseada na divisão de raça, gênero e classe e os constantes ataques dos governos e patrões – Não podemos deixar de caracterizar e avaliar os impactos da Reforma da Previdência para os (as) trabalhadores (as) negras com bastante propriedade!

Há um ataque do governo Temer aos direitos conquistados pelo movimento negro por isto precisamos construir comitês populares permanentes de auto organização para o combate e a luta contra o racismo no Brasil e no Mundo! – Repudiamos o governo Trump que já surge disseminando o racismo, o preconceito, o machismo, a LGBTfobia e a xenofobia - É necessário acumularmos o debate das políticas e Ações Afirmativas!

PAUTA:

- 1) Reforma da Previdência e a Questão Racial
- 2) Balanço da Marcha da Periferia e Reorganização MN

Resoluções:

- 1) A CSP-CONLUTAS propõe a formação de equipe do setorial de Negras e Negros para acumular e elaborar textos para contribuir com a discussão de Reforma da Previdência com o corte Racial. E através do Site da Central e entidades disponibilize os textos sobre a Reforma da Previdência social e a Questão Racial. – Que este mesmo grupo aprofunde outros temas que surgiram na discussão do setorial;
- 2) Que a Cartilha da CSP-CONLUTAS da Reforma da Previdência na próxima tiragem possa incorporar uma página sobre os impactos da Reforma da Previdência nos trabalhadores negros/os.
- 3) Manter a política dos comitês que foram criados para construção da Marcha da Periferia de forma permanente para aprofundar as políticas de Ações Afirmativas e Reparações Históricas e levarmos a luta contra os ataques aos trabalhadores negros de forma mais cotidiana e a luta contra a proposta de Reforma da Previdência casando com debate da Escola Sem Partido/ da terceirização e Quarteirização;
- 4) 08 de Março – Mulheres Negras QRC e do setorial Negras e Negros da CSP-Conlutas estão acompanhando as reuniões que vem discutindo a Marcha Internacional das Mulheres que tem como mote o chamando a Greve

Geral das Mulheres nos 8 de Março – Corte racial nos materiais e uma coluna das mulheres negras, Internacional e Greve Geral das Mulheres no 8 de Março; consultar o setorial internacional sobre as diversas iniciativas de mulheres contra Trump para unificar as lutas internacionais das mulheres;

- 5) Todo apoio ao dia 15 de Março - dia de Greve Nacional da Educação;
 - 6) Que a CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos filiados busquem construir atividades do dia 21 de Março (dia internacional de luta contra o Racismo) – Com a temática Impactos da Reforma da Previdência para os Trabalhadores Negros e fortaleçam a plenária nacional QRC na véspera da próxima reunião da coordenação nacional da CSP-Conlutas;
 - 7) Que a CSP-CONLUTAS apoie politicamente e busque apoio financeiro junto às entidades filiadas para contribuir com III Encontro Nacional do Movimento Hip Hop Quilombo Brasil que acontecerá nos dias 14, 15 e 16 de abril na cidade de Recife-PE; (anexo 1)
 - 8) Denunciar os Projetos de Lei que visam inibir e fechar Centros e Terreiros de religiões de matrizes africanas;
 - 9) Encaminhar pela SEN uma Pesquisa com questionário sobre o perfil Racial na direção e na base das entidades filiadas da CSP-Conlutas.
- 10) Moções:
- Genocídio das Trans no Brasil
 - Prisão de jovem negro injustamente
 - Moção solidariedade contra o despejo da ocupação Vila Itália 2 – S. J. Rio Preto
 - Moção de repúdio contra o vereador Fernando Holiday

ANEXO 1

Movimento Hip Hop Militante Quilombo Brasil

Considerando:

1. Que o Brasil atravessa uma intensa polarização social com inúmeros ataques do governo Temer (PMDB) assim como dos governos estaduais e municipais contra a classe trabalhadora, contra a juventude negra e pobre das periferias, contra as mulheres, LGBTQs, etc, e dada a importância histórica que o Hip Hop desempenhou junto a periferia nos últimos 30 anos.
2. Que quando o governo de Frente Popular (PT- PMDB) subiu ao poder adotou uma política preventiva de cooptação de quase todas as organizações de Hip Hop militante do Brasil, não nos deixando alternativa senão fundar o Movimento Hip Hop Militante Quilombo Brasil em 2009 (filiando-se em 2010 a CSP Conlutas) na tentativa de reorganizar o Hip Hop combativo do país;
3. Que em seu último encontro realizado em abril de 2015 na cidade de São Luís- MA foi deliberado que o próximo seria realizado na Semana Santa de 2017 e que esse encontro se faz urgente devido à necessidade do Quilombo Brasil traçar planos e táticas de construção nas periferias brasileiras para ampliar suas intervenções políticas e culturais nos estados em que já existem células do QB (aproximadamente 10) e expandir mais células para outros estados;

A CSP-CONLUTAS resolve:

1. Apoiar político e buscar apoio financeiro junto às entidades filiadas para contribuir com o III Encontro Nacional do Movimento Hip Hop Quilombo Brasil “Organizar os de baixo para derrubar os de cima” que realizar-se-á nos dias 14, 15 e 16 de abril do corrente ano na cidade de Recife-PE com local a definir. Encontro este que contará com aproximadamente 100 militantes da cultura Hip Hop entre delegados das organizações filiadas ao Quilombo Brasil e convidados e que terá como objetivo discutir e votar um programa estratégico de construção do QB pelo país bem como as táticas para sua eficaz aplicação, além de votar a nova coordenação do Movimento para o próximo período.
2. Orientar todas as suas regionais a fazer o mesmo em seus respectivos estados no sentido de contribuir para que os movimentos filiados ao Quilombo Brasil possam ter suas participações viabilizadas nesse encontro de grande importância para as periferias brasileira, e, portanto, também para o conjunto da classe trabalhadora.

GT DE COMUNICAÇÃO

Campanha Contra a Reforma da Previdência

Diante do debate acumulado pelas entidades no último período e no Seminário deste sábado (4) da CSP-Conlutas, temos dimensão de que a reforma da Previdência pode ser considerada o maior ataque dos últimos tempos à classe trabalhadora brasileira.

“Isso não é reforma é desmonte da previdência”, afirmou a auditora fiscal Maria Lúcia Fattorelli no Seminário Nacional contra a Reforma da Previdência da CSP-Conlutas.

O que o governo Temer não esperava é que camadas combativas da classe trabalhadora de nosso país estivessem prontas para resistir.

Como disse a professora Sara Granemann, o governo fez uma declaração de guerra aos trabalhadores.

Pois bem, estamos prontos pra ir a campo!

1) Comunicação nacional da campanha

A ideia é divulgar a campanha contra a reforma da Previdência de forma ampla e integrada entre a Central nacional, as estaduais e regionais e as entidades ligadas à CSP-Conlutas.

Objetivos:

- Garantir elementos, dados, informações que permitam ampliar a compreensão do que significam os ataques à previdência dos trabalhadores.
- Buscar ações de comunicação mais efetivas para propagar o debate.
- Dar visibilidade à campanha em setores mais amplos que a base da Central e de suas entidades filiadas.

Ações:

- Produção de um hot site que aglutine as informações gerais e específicas da campanha contra a reforma da Previdência. Esse conteúdo permitirá agilidade à campanha e à produção de materiais mais ricos em informações:
 - ✓ Conteúdo do site: matérias nacionais e específicas, vídeos, cartilhas, panfletos, artigos, documentos, agenda de atividades, etc.
 - ✓ Produção de conteúdo que expresse como a campanha afeta os diversos segmentos de trabalhadores, a partir de depoimentos da própria base.
 - ✓ O conteúdo será produzido pela nacional e pelas entidades e movimentos ligados à Central.
- Página da campanha no facebook.
- Ações nas redes sociais e celular.
- Buscar retorno constante dos trabalhadores de base de como estão absorvendo a campanha para que as ações de comunicação respondam às demandas cotidianas.

2) Projeto/Produção da CSP-Conlutas Nacional

Os materiais abaixo já estão prontos ou em fase de produção pela nacional:

- Vídeo (pronto)
- Cartilha (pronta)
- Cartaz (pronto)
- Adesivo (pronto)
- Hot site (em produção – prazo de 1 semana)
- Divulgação em redes sociais (produção constante durante a campanha)
- Assessoria de imprensa (produção constante durante a campanha)

5. Moções

As moções aprovadas foram as seguintes:

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO VILA ITÁLIA 2, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

As famílias de São José do Rio Preto, sem encontrar alternativas de moradia e com alto nível de desemprego, ocuparam uma área há aproximadamente 4 anos. Há um ano ocuparam uma nova área, esta de patrimônio público. Porém, a prefeitura ao invés de garantir moradia popular privilegia o setor imobiliário e a construção de condomínios de classe média e alta.

A Prefeitura do governo Edinho (PMDB) que prometeu dialogar com a comunidade sobre suas demandas, descumpriu esta promessa e deu continuidade ao processo de reintegração de posse, iniciado no governo Valdomiro do (PSB).

Neste sentido nos da CSP-Conlutas vimos nos solidarizar com as famílias da ocupação e repudiar qualquer ordem de despejo impetrado pela justiça conivente com a lógica neoliberal do governo.

MOÇÃO CONTRA AS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA E GENOCÍDIO TRANSFOBICO AS PESSOAS TRANS

Moção contra as práticas quotidianas de linchamento contra as travestis, as transexuais, bem como os homens trans (vítimas dos chamados “estupro corretivos”) os quais convivem com a omissão covarde do Estado. Além disso, denunciar a real situação de exclusão social das travestis e transexuais onde mais de 95% delas vivem da prostituição e com o atual projeto de reforma da previdência, este segmento composto por mais de 70% de pessoas negras, que já é extremamente marginalizado, vítima da violência e do genocídio social em função da transfobia e racismo tornar-se-á ainda mais invisível, excluído e exterminado socialmente.

MOÇÃO DE APOIO ÀS LUTAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Neste momento, os servidores de vários municípios e estados de nosso país sofrem fortes ataques dos prefeitos e governos, como medidas para conter a crise de endividamento e o caos provocado por suas políticas de gestão, que são desenvolvidas em favor dos interesses dos ricos e poderosos.

Esses governos burgueses atrasam salários e/ou parcelam os vencimentos, aplicam planos de ajustes que retiram os direitos mais elementares dos trabalhadores e se utilizam da violência policial contra as greves e os protestos de resistência, inclusive, efetuando prisões arbitrárias dos ativistas.

Neste sentido, os participantes da Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS (reunida nos dias 03, 04 e 05 de fevereiro de 2017, em São Paulo/SP) vêm a público expressar toda sua solidariedade às lutas e ações dos servidores municipais e estaduais em defesa de seus direitos. Da mesma forma, rechaçamos a ações desses governos na aplicação dos planos anti-trabalhador, do mesmo modo que repudiamos a violência e a repressão ao legítimo direito de greve e manifestação.

MOÇÃO DE APOIO ÀS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO

Os trabalhadores e trabalhadoras reunidos na Coordenação Nacional da CSP – Conlutas, realizadas no dia 3 a 5 de fevereiro e 2017 em São Paulo, prestam TOTAL APOIO E SOLIDARIEDADE aos trabalhadores e trabalhadoras da UERJ e demais Universidades Estaduais (UENF- Universidade Estadual do Norte Fluminense e UEZO – Universidade Estadual da Zona Oeste), à luta pela integralização e atualização dos salários, 13º salário e demais direitos, bem como à luta pelo custeio das universidades, com recursos públicas, responsabilidade que do governo estadual.

Ressalta-se a compreensão de que a realidade de sucateamento do serviço público no Rio de Janeiro, e demais estados, é parte de um projeto político escolhido pelos governantes, em consonância com governo federal. Por isso, exigimos respeito e a garantia dos direitos dos trabalhadores, concursados e terceirizados das universidades estaduais do Rio de Janeiro.

TODO APOIO À GREVE DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS!

Pela revogação imediata do pacote de medidas de Gean Loureiro/PMDB e da Câmara de Vereadores!

Neste momento temos uma importante greve dos trabalhadores da prefeitura de Florianópolis contra o prefeito recém-eleito, Gean Loureiro do PMDB, e a Câmara de Vereadores de Florianópolis.

A greve reivindica a revogação imediata do pacote de medidas de Gean e da Câmara de Vereadores, que foi aprovado sob forte repressão policial e da guarda municipal.

O pacote retira direitos históricos dos servidores municipais; ataca o serviço público com o projeto de parcerias público-privadas, que avança na privatização em todo serviço público municipal; restringe o direito a meia passagem e tarifa social dos mais pobres, estudantes e deficientes físicos no transporte coletivo urbano e avança na destruição do patrimônio público e natural da cidade com a aprovação de leis mais permissivas a especulação imobiliária.

Nesse sentido apoiamos a reivindicação pela revogação imediata do pacote de medidas de Gean e da Câmara.

Prestamos toda a solidariedade à greve dos servidores e toda mobilização contra o pacote de medidas. Exigimos nenhuma criminalização da greve, do sindicato e das mobilizações.

Chamamos fora Gean e essa Câmara de Vereadores.

Coordenação nacional da CSP - Conlutas - fevereiro de 2017

MOÇÃO DE REPÚDIO À REITORIA DA UNIR-RIO QUE QUER DESPEJAR A ADUNIRIO DE SUA SEDE

Vimos por meio desta repudiar com veemência a ação da reitoria da UNIRIO que pretende despejar a ADUNIRIO (seção sindical do ANDES-SN) de sua sede atual.

Compreendemos que esta ação se dá no contexto de criminalização dos movimentos dos trabalhadores.

É preciso defender os sindicatos nessa dura conjuntura e garantir os nossos direitos.

MOÇÃO DE REPÚDIO À DIREÇÃO ATACADÃO SUPERMERCADO E PELA DEMISSÃO DO CIPEIRO ALAN HENRIQUE FRANÇA

As entidades da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas vem por meio desta expressar todo seu repúdio pela demissão do companheiro Alan Henrique França, Cipeiro trabalhador do Atacadão Supermercado.

Entendemos que sua demissão é prática contra o Direito de Organização nos locais de Trabalho e da CIPA. E a empresa está tentando a todo momento descaracterizar o trabalho dos cipeiros que acompanham e apuram os problemas tocantes a Saúde e Segurança do Trabalhadores em defesa da vida.

MOÇÃO DE REPÚDIO À DIREÇÃO DA LGA MINERAÇÃO PELA MUTILAÇÃO DE TRABALHADOR E PELO DESCASO DA SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Saúde e segurança no trabalho é um direito de todos os trabalhadores que deve ser garantido pelas empresas.

Por isso, as entidades da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas vem por meio desta expressar todo seu repúdio pela mutilação do braço do companheiro Washington, no último dia 23 de Janeiro, vítima da sede de lucros e da negligência da LGA com a saúde e segurança no trabalho. A empresa orientou o companheiro a jogar CaO no interior de uma correia transportadora e que infelizmente acidentou o companheiro mutilando o seu braço.

Além disso, repudiamos a prática antissindical da empresa, que tenta a todo o momento descaracterizar o trabalho do sindicato metabase, impedindo que o sindicato acompanhe a apuração do acidente de trabalho, se nega a reduzir a jornada de trabalho e insiste num processo de reestruturação produtiva que, a cada dia, enxuga cada vez mais os postos de trabalho com o objetivo de aumentar seus lucros à custa do aumento da exploração.

Por fim nos solidarizamos com a luta do Sindicato Metabase de Congonhas, Ouro Preto, Belo Vale e Região para exigir que a LGA reduza sua jornada de trabalho imediatamente e, além disso, implementem as seguintes ações:

- 1) Aumentar o quadro de funcionários para diminuir o ritmo de trabalho na empresa. Hoje a situação é desumana. O trabalhador termina o turno esgotado. Muitas vezes os companheiros precisam dobrar por falta de efetivo e trabalham até 16h seguidas. Isso aumenta o risco de acidente e de doença ocupacional. Com essa

medida, além de preservar quem está hoje na empresa, garante também sustento pra mais famílias operárias da região que enfrentam o desemprego.

- 2) Defendemos a criação do Programa de Agentes de Saúde e Segurança (ASS). Nesse programa os operários da planta elegeriam companheiros por voto direto que faria um trabalho auxiliar e paralelo ao da CIPAMIN e com o apoio do sindicato no sentido de corrigir os problemas de SST na LGA. Esses trabalhadores teriam estabilidade similar a da CIPA.
- 3) Exigimos um plano real e efetivo de correção dos problemas na área. Isso significa dizer que a LGA tem que investir fortemente em prevenção de acidentes, como a implementação imediata de EPC. E pra isso o sindicato se coloca à disposição para que possamos contribuir mais ainda na preservação da vida de nossos companheiros.
- 4) Cumprir imediatamente a NR 12 e 22, além de suspender já, operações de alto risco como o procedimento que a LGA fez o trabalhador fazer.

Essas medidas não trazem a vida e o membro mutilado de Washington de volta. Mas evita que novos acidentes graves aconteçam, dá estabilidade de emprego a todos os trabalhadores da Usina da LGA e cria novos postos de trabalho.

Enviar para:

Gerente da LGA:

denio@lgams.com.br

Copia para:

metabaseinconfidentes@yahoo.com.br

MOÇÃO DE REPUDIO AO NUMERO DE ACIDENTES GRAVES QUE VEM OCORRENDO NA AMBEV, JACAREI-SP

Na cervejaria AMBEV que produz os produtos BRAHMA, ANTARTICA, SKOL, Bohemia e Budweiser no ultimo período vem ocorrendo uma serie de acidentes do Trabalho. Entre eles agora, no penúltimo dia de 2016, (02) dois trabalhadores se queimaram em um acidente elétrico gravemente.

A Ambev jogou a responsabilidade para cima dos trabalhadores, demitindo dois trabalhadores e afastando o vice presidente da CIPA, que fez denúncias constantes sobre esses acidentes.

Os Delegados e delegadas presentes na plenária realizadas nos dias 3, 4 e 5 de fevereiro repudia e exige SST decente aos trabalhadores da AMBEV

MOÇÃO DE REPÚDIO AO VEREADOR DO MBL E DO DEM DE SP FERNANDO HOLIDAY

O vereador de SP pelo DEM e integrante do MBL (Movimento Brasil Livre), Fernando Holiday, tem manifestado publicamente a proposta de revogação da lei que instituiu no município de São Paulo o feriado no dia 20 de novembro, data em que se comemora o Dia da Consciência Negra.

Não bastasse isso, ele tem se articulado com vereadores dos partidos de direita em vários municípios do estado de São Paulo contra a aprovação ou pela revogação dessa lei onde ela já existir.

O dia 20 de novembro é o aniversário da morte de Zumbi dos Palmares. O movimento negro há muito abraçou esta data como um dia de protesto contra a discriminação racial. Como parte dessa luta há uma batalha em todo o país para o estabelecimento desse dia como feriado para marcar a data com atividades e manifestações contra o racismo.

A luta é para que o dia 20 de novembro seja uma data e um feriado nacional. Zumbi é o símbolo da luta do povo negro, por liberdade, contra o racismo e a opressão.

Repudiamos a tentativa de retroceder nessa conquista do movimento negro e apoiamos o estabelecimento de feriado no dia 20 de novembro em todo o país.

MOÇÃO DE REPUDIO CONTRA A DEMISSÃO DE DIRIGENTE SINDICAL DO SINASEFE – IFBA: PELO FIM DAS PERSEGUIÇÕES E PELA REINTEGRAÇÃO DO SERVIDOR

Desde a sua posse na reitoria do Instituto Federal da Bahia (IFBA) em agosto de 2014, a atual gestão, representada, pelo Reitor Renato, vem praticando ações que mexem de forma negativa na frágil democracia que se vinha construindo no IFBA até então. Decisões discutidas e decididas coletivas forma, de forma unilateral, suprimidas e substituídas por atos autoritários e desmedidos. Como exemplo, temos a normatização de carga-horário dos Técnicos Administrativos em Educação (TAE) e dos docentes, fruto de grandes greves internas de os anos de 2011 e 2014, que culminou em um acordo geral decretados em resolução do Conselho Superior (Consup). Em seu primeiro ano de mandato, o Reitor, por meio de portarias, cancelou as resoluções sobre carga-horário e implantou portarias que aumenta de 30 para 40 horas a jornada de trabalho dos TAE e de 18 para 24 horas/aulas para docentes.

O Sinasefe Seção IFBA está enfrentando essa situação desde o início. Paralisações, greves, atos, processos no judiciário, entre outras ações. Diante da combativa, sempre presente, em nossa seção e na atua gestão, intitulada Avançar na Luta e na Unidade Luta. A perseguição e voltou diretamente contra nós. A princípio, dois diretores foram submetidos a processos administrativos: um o processo está correndo, e o outro teve como resultado, a exoneração do dirigente sindical, Antônio Copque, em um percurso marcado por vícios e más intenções. Para se ter uma idéia, o principal motivo da demissão foi a falta do servidor no serviço, quando na verdade ele, encontra-se, com cópias de seus relatórios de frequência, ratificado por sua chefia imediata. Isso por si só, já seria elemento para inviabilizar o processo administrativo, mas a ampla defesa do servidor não foi observada.

Dessa maneira, a CSP-Conlutas se expressa veementemente em favor do dirigente sindical demitido, ao mesmo tempo exige a sua urgente e imediata reintegração.

MOÇÃO DE REPUDIO ARBITRÁRIA DO JOVEM NEGRO/AMBULANTE 32 ANOS DE IDADE WILSON ALBERTO ROSA – Morador de Parelheiros - ZONA SUL-S.Paulo

Nós, militantes do movimento sindical, social, popular, de juventude e diversos partidos da esquerda brasileira presentes na reunião nacional da CSP Conlutas realizada nos dias 03, 04 e 05 de fevereiro na cidade de São Paulo-SP repudiamos veementemente o caso explícito de racismo praticado pela polícia do governador Geraldo Alckmin (PSDB) que prendeu no dia 13 de janeiro deste ano o jovem negro Wilson Alberto Rosa, enquanto trabalhava vendo balas na Zona Sul de São Paulo.

O mesmo foi preso injustamente e irregularmente sob a acusação de ter roubado um celular e um tablet em agosto de 2016. O reconhecimento de Wilson foi feito via whatsapp através de uma foto de Wilson que foi enviada vitima que é nada mais nada menos a esposa do próprio policial que efetuou a prisão. O suposto crime teria ocorrido há seis meses sendo juridicamente descabido tal ato prisional já que o instituto da Prisão em Flagrante requer à autoridade policial proceder a detenção do flagrado praticando infração penal ou no mínimo de 24 horas depois da mesma. Wilson que reside no Jardim Herplin, extremo da Zona Sul de São Paulo foi transferido para a CDP (Centro de Detenção Provisória) de Guarulhos II.

E o que mais tem provocado indignação, é que na comunidade em Wilson Alberto Rosa reside ele é conhecido pelo seu comportamento exemplar, por nunca ter se envolvido em qualquer tipo de delito e, portanto, como a própria polícia constatou, não ter qualquer tipo de antecedente criminal.

Deste modo nós exigimos a imediata libertação Wilson Alberto Rosa e que o governo do estado de São Paulo e suas forças policiais recuem imediatamente do pavoroso processo de criminalização dos trabalhadores, especialmente em relação a juventude negra que reside em suas periferias.

MOÇÃO CONTRA OS ATAQUES À COMPANHEIRA DIANA

Frente aos ataques machistas e misóginos sofridos pela companheira Diana Assunção, trabalhadora da USP, integrante do Grupo de Mulheres Pão e Rosas e ex- candidata a vereadora pelo PSOL em SP, após ter denunciado o projeto Cidade Linda do Prefeito de São Paulo, João Doria, que ataca a liberdade artística destruindo a arte de rua, nos da CSP-Conlutas manifestamos nossa total solidariedade a companheira e repudiamos os ataques sofridos por ela.

NOTA DA CSP CONLUTAS SOBRE ACIDENTES GRAVES E FATAIS NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES EM MINAS GERAIS

Nos últimos meses na Região dos Inconfidentes ocorreram vários acidentes graves, dentre eles 5 fatais, na usina de Ouro Branco da Gerdau e mutilação de um trabalhador na LGA Mineração.

Em primeiro lugar solidarizamos com as famílias dos companheiros trabalhadores que bateram o cartão para trabalhar e infelizmente não puderam voltar para suas famílias.

A Gerdau está entre os maiores grupos do setor Siderúrgico do mundo, mas infelizmente é um grupo que, no que toca a política de saúde e segurança dos trabalhadores, é irresponsável. No ano passado, em plena crise econômica, a empresa teve um faturamento que somou R\$ 11,9 bilhões de julho a setembro, representando aumento de 11% na comparação com o terceiro trimestre de 2014. Mas nada disso representou em algum benefício para os seus trabalhadores diretos e indiretos. Pelo contrário a política da empresa é de explorar o sangue e o suor, e em última análise a vida de nossos trabalhadores.

Em nossa opinião esses acidentes de trabalho como na Gerdau, LGA e outros que acontecem cotidianamente na Região dos Inconfidentes, que possui um complexo minério-siderúrgico dominado por grandes empresas como VALE, CSN E VSB, são responsáveis por todas essas tragédias, pois elas proporcionam um ambiente de risco que resultou na morte dos cinco trabalhadores. Além de ter uma política de terceirização desenfreada para aumentar os seus lucros, no último ano a política de demissões no setor minério-metalúrgico foi absurda, adotando um ritmo de trabalho intenso e penoso aos trabalhadores que ficaram para maximizar a sua produção.

Por fim, a ganância pelo lucro por parte das empresas, o sucateamento proposital por parte do governo do Setor de Fiscalização do M.T.E. e a impunidade resultam num assassinato de pais e mães de família todos os dias em nosso país e no mundo. A Reforma Trabalhista, que tanto os Governos anteriores e do PT quanto agora o Governo Temer, quer implementar juntamente com STF e o projeto das terceirizações sem fim representam mais ataques aos trabalhadores!

Para enfrentarmos esses ataques, onde só morrem os trabalhadores, precisamos garantir uma Cipa de luta e combativa, eleição de delegados Sindicais e Agentes de Saúde e Segurança para 1 a cada 50 trabalhadores com a tarefa de fiscalizar e parar as atividades de risco e que esses trabalhadores tenham estabilidade de emprego. Além disso, desde já, temos que juntos construirmos a Greve Geral tão necessária para barrar todos esses ataques dos Patrões e dos Governos contra a classe trabalhadora.

Além disso, é preciso reestatizar a VALE, CSN e GERDAU, sob o controle dos trabalhadores, que desde as suas privatizações já lucraram centenas de bilhões de reais e nada ficam ou ficaram para os trabalhadores. Estas empresas não têm compromisso com as cidades nem com os trabalhadores. Basta ver o que o aumento significativo das mortes e acidentes graves que em menos de 3 meses, 5 trabalhadores mortos e um mutilado.

Por isso, para defender os empregos, os salários e os direitos dos trabalhadores e para que esses crimes não se repitam, é necessário estatizar essas empresas sob o controle dos trabalhadores e com a garantia das comunidades de opinar sobre seu funcionamento.

A CSP-CONLUTAS e seus Sindicatos filiados solidarizam com as famílias e estamos à disposição para unificarmos a nossa luta para enfrentarmos a ganância das empresas e dos patrões!

Próxima reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas será em abril de 2017 e a data precisa será definida pela Secretaria Executiva Nacional